



MUNICÍPIO DE TONDELA

ATA N.º 1 /2022

**REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2022**

MEMBROS PRESENTES:

António Egrejas Leitão Amaro
Maria Helena de Campos Coimbra
Felisberto Henriques Figueiredo Marques
Rui Alberto Nunes dos Santos
Márcio Rafael Rodrigues dos Santos
Ana Rita Marques Viegas Rosa
Sérgio de Sousa Rodrigues
Marta Franco Coimbra Marques
Guilherme Coimbra Vasconcelos Duarte
Amândio José Ferreira Loureiro
Mariana Mateus Fidalgo Simões
José António Coimbra de Matos
Carlos Manuel Antunes Amaral
Maria da Conceição Ribeiro Gomes
Francisco Duarte da Fonseca
Nelson Pereira Martins
Maria Cristina Marques Ferreira Simões
António de Almeida Dias
Martinho de Loureiro Rodrigues
Paulo Alexandre da Silva Lopes
Alfredo Manuel Henriques Pereira Leitão
João Paulo Pacheco Loureiro



Fernando Santos da Silva
Gonçalo Manuel da Silva Pereira
Ana Maria Marques Tavares de Leão
Gilberto Alexandre de Jesus Oliveira
Ricardo Jorge Silva Loureiro
Ana Maria Rodrigues Duarte
José António Oliveira Dias
Sandra Almeida dos Santos
Júlio Pacheco Gomes
Carlos José Loureiro Coimbra
José Hélder Viegas Alves
Mário Barreira Simões
Vitor Manuel Rodrigues Mota
Paulo Jorge Correia Bizarro
Paulo Sérgio dos Santos Dinis
Pedro Manuel do Vale Neves dos Santos
Paulo Roberto de Figueiredo Pereira de Carvalho

MEMBROS QUE FALTARAM:

Fernando da Silva Figueiredo

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro, realizou-se a reunião ordinária da Assembleia Municipal de Tondela, na sede da Associação Recreativa e Cultural de Alvarim - Dardavaz, pelas 16 horas sob a presidência do senhor presidente da Mesa, António Egrejas Leitão Amaro.

Antes do início à sessão, tomaram posse, perante o presidente da mesa e a assembleia, por um dia, os membros: Márcio Rafael Rodrigues dos Santos, Ana Rita Marques Viegas Rosa, Paulo Alexandre da Silva Lopes e Alfredo Manuel Pereira Leitão, em substituição dos membros: Andreia Sofia Neves de Sousa, Alfredo de Jesus Cabral, Sandra Monteiro Lourenço e Marta Daniela Silva Antunes.

O membro Fernando Figueiredo ausentou-se da sessão, tendo justificado que por motivos pessoais teve de sair, pelo que foi considerada falta justificada.

Período Antes da Ordem do Dia

1.1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 26 de novembro de 2021

Não houve intervenções. Colocada à votação a ata de 26 de novembro de 2021, foi aprovada por unanimidade, pelos presentes naquela sessão.

1.2. Discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 30 de dezembro de 2021

Não houve intervenções. Colocada à votação, a ata da reunião extraordinária de 30 de dezembro de 2021, foi aprovada por unanimidade pelos presentes naquela sessão.

1.3. Leitura de expediente

Foram presentes: ofício do Ministério Público do TAF de Coimbra, que solicitou cópias das deliberações de transferência de poderes da gestão da água para a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão; relatório anual de atividades da CPCJ, do ano de 2021; pedido de isenção de IMI da empresa SPMAQ; email com envio de pareceres da Associação Nacional de Assembleias Municipais; plano de atividades para 2022, da CIM Viseu Dão Lafões; exposição da advogada Paula Germano sobre construção de campos de padel junto à urbanização Jardins D'Água; emails do Recreio do Caramulo e da Câmara Municipal de Tondela, no âmbito e denúncia de acordo de gestão do Infantário do Caramulo; publicação: “Guia Prático das Assembleias Municipais” e jornais: “Voz das Misericórdias” e “Stal”.

1.4. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Foi dada a palavra ao membro Martinho Rodrigues que solicitou conhecer o teor do ofício enviado pelo Ministério Público do TAF de Coimbra e a que processo se referia.

O senhor presidente da Mesa respondeu que o Ministério Público tinha solicitado cópias das atas onde constava a transferência de competências, na gestão da água, da Câmara para a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, referente ao processo PA 2/2014 do participante: Luís Filipe da Costa Figueiredo; Participado: Câmara Municipal de Tábua.

Seguidamente, interveio o membro Carlos Amaral, que iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes e em especial a senhora presidente de câmara, assim como o novo elenco camarário. Efetuou uma referência à vitória do Partido Socialista, nas eleições legislativas, ocorridas a 30 de janeiro, destacando a maioria alcançada, apelando à bancada parlamentar do PS que intercedam junto do governo, para que este olhe para o interior do país, de modo a permitir a diminuição das assimetrias existentes no país. Evocou, também a relação entre o governo e os Bombeiros, nomeadamente no pagamento do preço por km. (anexo 1)

Continuou, com um voto de repúdio /solidariedade para com o povo Ucrâniano (anexo 2)

De seguida, o membro Helena Coimbra questionou o senhor presidente da Mesa sobre o pedido efetuado e incluído no regimento, para disponibilização de um espaço para que os membros da assembleia possam receber os munícipes.

O senhor presidente da Mesa respondeu que a norma está regimentada, pelo que sempre que um membro solicitar um espaço, a Câmara disponibilizará o devido espaço.

O membro Helena Coimbra, seguidamente, efetuou uma reflexão sobre o verificado na assembleia de 30 de dezembro de 2021, na qual o então presidente da câmara apresentou o Plano e Orçamento para 2022, ao qual os membros do PSD teceram elogios, tendo nesse mesmo dia o então presidente comunicado a suspensão de mandato a partir de 15 de janeiro, sem que para tal fosse comunicado à assembleia municipal. Deste modo, referiu que a assembleia e os cidadãos do concelho mereciam respeito democrático. Questionou os interesses dos Tondelenses, a suspensão de mandato da então vereadora Sofia Ferreira, se os cidadãos votaram no atual elenco camarário ou no que se apresentou a eleições, se o atual elenco camarário reúne



condições para prosseguir com a defesa plena dos interesses dos cidadãos do concelho e se é com vereações intermitentes que se cumprirá desse desidrato. Finalizou referindo que os interesses dos cidadãos não foram tidos em conta, mas sim os interesses partidários, algo que os cidadãos do concelho concluirão, tendo em conta os resultados eleitorais das eleições legislativas. (anexo 3)

O senhor presidente da Mesa referiu que o Partido Socialista defendeu, em determinado tempo, que deveria haver suspensão de mandato, mas que agora de acordo com a intervenção acabada de ouvir, é feita uma contestação à suspensão de mandato, pelo que não sabe bem em que nome está a falar. Disse que viveu muito anos na vida política, tendo-se insurgido muitas vezes por responsáveis políticos pensarem em si, nos seus interesses e na sua preservação no poder. Afirmou que não faz nenhum juízo de valor sobre a opção do então presidente, José António de Jesus, mas que acha extraordinariamente digno o ato de desprendimento a pensar na causa pública.

Referiu que o seu objetivo é colaborar com todas as forças políticas, com o município e servir os Tondelenses. Frisou que cada um responde pelos seus atos, pelas suas ações e pelas suas interpretações que faz do que é o interesse dos Tondelenses. Disse que não fará avaliações partidárias, mas que estará sempre em funções como está na vida, procurando lutar pelos interesses da Terra e os interesses que quem os elegeu. Referiu que foi curioso a senhora deputada o ter citado, mas não ter explicado em que medida, o que é que feito não tenha defendido o interesse dos Tondelenses.

O membro Felisberto Figueiredo continuou os trabalhos, referindo que as eleições dos autarcas são de acordo com listas ordenadas, sendo os órgãos autárquicos compostos com base no número de votos, através do método de hondt. Abordou a decisão pessoal e legítima de suspensão do mandato de presidente, Dr. José António de Jesus, assim como a sua substituição, nos termos da Lei. Disse respeitar a decisão do senhor Dr. José António e da Dr^a Sofia Ferreira e que quem os substitui saberão cumprir com “lealdade as funções que lhes foram confiadas”, com legitimidade, atendendo serem uma boa Equipa, em que não lhes faltam competências nem vontade. (anexo 4)

O membro Rui Santos interveio repudiando vivamente à ação militar russa de invasão à Ucrânia e manifestou a solidariedade para com o povo ucraniano. Lamentou que esse conflito provoque perda de vidas e que atingirá toda a humanidade. Disse que a guerra não é solução para resolver os problemas, por isso é que existe a diplomacia, bem que em casos extremos possa ser indispensável o uso da força, exemplificando essa necessidade, nas lutas para travar as políticas hitlerianas e do nazismo.

De seguida, referiu que após as eleições legislativas, enviou um email à senhora Drª Cristiana Ferreira, a manifestar a disponibilidade do Partido Socialista para discutir tudo o que pudesse ser relevante para o concelho e naquilo que possa ser as concordâncias para o concelho. Frisou que o resultado eleitoral é a consequência da escolha dos portugueses e é bom que se questione os motivos. Disse que há sempre voto útil, porque as pessoas acham que é o de melhor lhe pode ser assegurado ou que lhe sirva de melhor os seus interesses.

Relativamente à suspensão do Dr. José António disse que de acordo com aquilo que sempre afirmou, foi a posição que já deveria ter sido assumida e que mantém e que se fosse o próprio o teria assumido de imediato. O que está em causa é a forma como foi feita, sem que houvesse qualquer referência na assembleia de 30 de dezembro e passado umas horas é enviado uma mensagem às juntas de freguesia sobre a sua tomada de posição. Disse que se fosse o próprio teria comunicado na assembleia que iria pedir suspensão de mandato e que queria deixar o orçamento aprovado, concorde ou não com o documento. Referiu e de acordo com o comunicado à senhora presidente de câmara, de momento é presidente de pleno direito. Contudo, disse que que o que está em causa, porque as coisas sabem-se, é se as condições de operacionalidade da câmara se são as mais desejadas para obter os melhores resultados. Mas, disse que ficaria muito satisfeito se o município de Tondela obtiver os melhores resultados possíveis.

O membro Paulo Roberto, seguidamente, interveio para expressar um voto de pesar, pelo falecimento do senhor Amorim Lopes. Anexo 5.

Continuou referindo que concordava com a intervenção do membro Felisberto Figueiredo, quando afirmou que nas eleições autárquicas são propostas listas e que a única eleição que existe nominal, em Portugal, é a Presidencial.

O senhor presidente da Mesa disse que em Lisboa e em Mangualde, anteriores presidentes de câmara suspenderam o seu mandato, sem que ninguém tenha solicitado eleições antecipadas, atendendo que o processo democrático autárquico, tal como o legislativo, elegem equipas. Desejou à senhora presidente de câmara e aos senhores vereadores, quer sejam do PSD ou do PS, os maiores sucessos e que as condições sejam as mais proficuas, contando na assembleia municipal com uma maior liberdade sempre critica construtiva, exigente, mas parceira.

A senhora Presidente da Câmara endereçou cumprimentos à mesa e a todos os presentes.



Iniciou a sua intervenção deixando uma palavra de solidariedade, em nome da câmara municipal, pelos acontecimentos ocorridos na Ucrânia, associando-se ao voto de repúdio e solidariedade apresentado, pelo desrespeito da soberania da Ucrânia, e aos ataques indiscriminados, manifestando ainda solidariedade para com o povo ucraniano e a todos os que são vítimas da URSS.

Manifestou a intenção de se associar ao voto de pesar apresentado pela morte do senhor Amorim Lopes, dirigindo palavras de solidariedade e pesar à sua esposa, ao seu filho Amorim, funcionários deste município, restante família e amigos.

Expressou disponibilidade, perante o senhor presidente da assembleia municipal, para encontrar um espaço adequado às necessidades de trabalho dos vários grupos parlamentares, em função do momento e da disponibilidade das instalações do município.

De seguida, o senhor presidente colocou à votação o voto de repúdio e solidariedade, apresentado pelo membro Carlos Amaral, sendo o mesmo aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Márcio Santos, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Lopes, Alfredo Leitão, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Colocado à votação o voto de pesar pelo falecimento do senhor Amorim Lopes e apresentado pelo membro Paulo Roberto, o mesmo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Márcio Santos, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Lopes, Alfredo Leitão, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Período da Ordem do Dia**2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do n.º2 do artigo 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro**

A senhora presidente da câmara iniciou o ponto, apresentando a nova composição do executivo da câmara municipal. Desejou rápidas melhores ao vereador Francisco Coutinho, que por motivos de saúde teve de suspender o mandato.

De seguida, a presidente da câmara municipal apresentou o relatório de atividade e financeiro (anexos 6 e 7), acompanhado pela visualização das atividades desenvolvidas no período que decorre desde a assembleia de novembro até à presente data.

O membro Sérgio Rodrigues continuou os trabalhos, desejou à senhora presidente de câmara, vereadores e colaboradores, os maiores sucessos na prossecução dos seus objetivos e da sua missão.

Repudiou o ataque efetuado à Ucrânia e ao seu povo, que desrespeitam a ordem mundial.

Questionou para quando e como o projeto de ligação à rede de saneamento na zona oeste da freguesia de Molelos até ao limite da freguesia com Castelões. Questionou, igualmente, se já foi efetuada uma avaliação/previsão das consequências e efeitos possíveis da seca, e quais as estratégias de motivação para a poupança de água. Solicitou informação sobre a gestão do recurso hídrico- Barragem do Paul e qual a previsão do caudal para fornecimento às populações. Propôs que na página do município haja um espaço com fotos / vídeos ou outros com a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela câmara. Anexo 8

De seguida, o membro Rui Santos começou por referir que foi concluída a pavimentação da via entre Mosteiro de Fráguas e Sabugosa, mas que falta terminar a regularização das bermas. Ao que alertou que com a circulação de veículos pesados e com o desnível existente em alguns pontos, poderá originar fraturas na zona marginal.

Referiu que tinha sido evocado o eixo estrutural Mosteiro/Vilar de Besteiros / Campo de Besteiros, ao que lembrou que se arrasta há vários anos, a resolução do estrangulamento da ponte da Tabuaça e que sem essa requalificação nada pode ser feito. Reconheceu que a ponte representa um estrangulamento complicado, ainda que, os

riscos sejam do conhecimento de quem a usa todos os dias, visto que é uma via com muita utilização, mas que representa um perigo constante.

Continuou pedindo informação sobre qual a programação que está prevista para a obra de requalificação da Unidade de Saúde Familiar de Tondela, uma vez que na informação é indicado que o processo está a aguardar Visto do Tribunal de Contas, e atendendo que a obra teve de ser lançada a concurso pela segunda vez, começará mais tarde do que previsto inicialmente, pelo que questionou se existe alguma previsão para o seu início e qual a sua calendarização.

O membro Francisco Fonseca interveio seguidamente referindo o relatório de atividades da Câmara sublinhando as atuais condicionantes, nomeadamente, ditadas pela pandemia que afetou tudo e todos de uma forma geral, os serviços e áreas de trabalho, como é o caso da construção civil, que apresenta, atualmente, uma crise que tem de ser olhada numa perspetiva de estratégia global, pois é o setor que mais cresce e o que apresenta, aos dias de hoje, mais falta de mão de obra, aliada com a subida dos preços de materiais inerentes ao aumento dos transportes. Desta forma, os compromissos assumidos desatualizam-se facilmente, entre o concurso e entrada em obra.

Realçou o esforço na continuidade das obras do município, elencando várias obras em curso.

Questionou a senhora Presidente de câmara o estado em que estão a funcionar as pós-graduações, que o município conseguiu captar.

Finalizou realçando alguns projetos que se encontram em andamento e que não são por vezes tão visíveis. Anexo 9

Terminou, fazendo referência a projetos menos visíveis, mas, não menos importantes, tais como: o trabalho desenvolvido pelo Bupi; ações de fogo controlado; estratégia local de habitação; tratamento e manutenção de rios e ribeiras; e candidatura da loja do cidadão. E, de forma esperançosa, que 2022 seja um ano de retoma da normalidade e que o PRR possa colmatar o que ficou adiado, nomeadamente em áreas como a cultura, desporto, de forma a proporcionar condições de crescimento e qualidade ao movimento associativo. Referiu a importância e necessidade de se olhar em conjunto para o concelho e para as suas gentes.

O membro José António Matos referiu que as lombas redutoras de velocidade colocadas na Av. Humberto Delgado e Zona envolvente ao Campo de Futebol de Nandufe, vieram beneficiar a via, mas disse que não facilita a diminuição de velocidade naquela zona, por parte dos condutores que se deslocam para a zona industrial do

Lajedo, em virtude das mesmas serem demasiado suaves, o que facilita a desobediência do fim a que se destinam.

Felicitou a Câmara e a Junta de Freguesia de Tondela e Nandufe pelos trabalhos realizados na freguesia, algo que anteriormente não foi possível executar, mas que atualmente denota algum desenvolvimento.

Salientou o transtorno causado pelo estacionamento diário e contínuo de veículos pesados, na zona envolvente ao Campo de Futebol de Nandufe, o que poderá causar a danificação da nova pavimentação e que origina uma diminuição de lugares de estacionamento para quem utiliza aquela infraestrutura, principalmente em dias de jogos das camadas jovens. Desta forma, questiona a Sra. presidente de Câmara se existe a expectativa de resolução desse problema.

Referiu a dificuldade de acesso a terrenos, nomeadamente na União de freguesias de Tondela e Nandufe. Disse existir um terreno circundante ao estádio de Nandufe, classificado no PDM, como terreno de utilidade pública, não sendo possível urbanizar, ao que questionou se há possibilidade da alteração de classificação na revisão do PDM.

A senhora presidente da Câmara respondeu às várias intervenções.

Realçou a pertinência das questões colocadas pelos intervenientes, e agradeceu as saudações endereçadas ao executivo na prossecução dos trabalhos.

Ao membro Sérgio Rodrigues respondeu que o saneamento na zona referida de Molelos, está contemplado no orçamento de 2022, o estudo para avaliar do ponto de vista técnico qual a melhor solução para a rede de saneamento dessa zona.

No que respeita aos recursos hídricos e sua gestão, disse ser matéria que preocupa o executivo, pelo que têm vindo a trabalhar na elaboração de um estudo de diagnóstico para a requalificação e reabilitação das redes hidrográficas. Referiu que é intenção iniciar com várias ações, dentro das quais a sensibilização às populações com as Águas do Planalto, de modo a promover uma melhor gestão da água.

Agradeceu a nota à página do município, e referiu estar em curso um conjunto de ações para alterar a forma de comunicar com o munícipe e introdução de um conjunto de alterações, no âmbito da modernização administrativa, para melhoria do acesso do cidadão ao município.

Ao membro Rui Santos referiu que às bermas, é uma matéria que merece a atenção e acompanhamento, quer da parte da Câmara quer da Junta de Freguesia, bem

como a ponte da Tabuaça, que irá merecer ao longo deste ano, uma avaliação da Câmara.

Disse, ainda que a programação prevista para a USF de Tondela sofreu uma alteração da programação, visto ter sido submetida a um novo concurso, mas prevê-se que a obra esteja concluída em meados de 2023.

Ao membro Francisco Fonseca, referiu que as pós-graduações deixam o Município regozijado pela capacidade de prestar uma resposta inovadora entre o conhecimento e o setor empresarial, estando na primeira ação, onze pessoas inscritas. Relativamente à estratégia local de habitação, referiu estar a iniciar-se a 2ª fase, para o apoio a 150 famílias, com o diagnóstico feito por uma equipa especializada para o efeito.

Relativamente às ações culturais, recreativas e desportivas disse que ao longo destes dois últimos anos, houve perdas irreparáveis para as gerações mais jovens.

Ao membro António Matos, referiu que, no seu entendimento, o aumento da velocidade na zona prende-se com a melhoria do estado do pavimento, e não com a colocação das lombas. Referiu ainda que, no que respeita ao estacionamento de carros pesados, se irá proceder a uma avaliação técnica, bem como relativamente à classificação, em sede de revisão do PDM, do terreno referido.

2.2. 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e dois

O senhor presidente da Mesa informou em anos transatos a incorporação do saldo de gerência era feita, através de uma revisão orçamental, em abril, aquando da aprovação da conta de gerência. Contudo, o Orçamento de Estado de 2021 permitiu que essa incorporação pudesse realizar-se em fevereiro.

A senhora presidente da Câmara informou que foram aprovados em reunião de Câmara do dia 22 de fevereiro, os mapas de fluxo de caixa, o mapa da “Execução Orçamental da Receita”, “Execução Orçamental da Despesa”, “Execução Anual do PPI” e “Execução Anual das AMR, do ano de 2021. Disse que os mapas de fluxo de caixa e de desempenho orçamental evidenciam um saldo de 9 718 616€, que é composto por 8 210 445€ e em Operações de Tesouraria, no montante de 1 508 170€. Referiu que consequentemente procederam à incorporação, por recurso a uma revisão orçamental, o saldo da gerência da execução orçamental, que deu origem à primeira operação modificativa ao orçamento municipal, ao plano plurianual de investimentos, que se traduziu numa revisão orçamental, que importa em 7.207.325,78€.

Referiu que esta revisão tem em linha de conta o orçamento apresentado para o ano de 2022, de modo a permitir uma continuidade das principais ações e consolidação de projetos iniciados em 2021. Disse, ainda, que houve a introdução de novas rubricas, relativas a um estudo/diagnóstico de anteprojecto no domínio da reabilitação da rede hidrográfica e de rubrica no domínio da implementação de estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas. Referiu, também que houve o reforço de algumas verbas, relativas à gestão de custos operacionais.

O membro Nelson Martins evocou o protocolo celebrado entre o Município de Tondela e a Associação do Vinhal, no valor de 1 180 000€, a transferir entre 2021 e 2025, mas refere, tal como dito na assembleia de 30 de dezembro, do seu ponto de vista verifica-se uma discrepância nos documentos de gestão da Câmara Municipal, atendendo que o montante que lhe está atribuído é de 1 430 000€. Disse que pensa que tal se deve ao facto de não ter existido pagamentos em 2021, pelo que o montante de 2021 somou ao de 2022, mas que os valores de 250 000€/ano correspondentes aos anos seguintes foram inscritos até 2026. Refere que em janeiro deste ano, foi deliberado a reposição dos valores do protocolo, estabelecendo o valor de 430 000€ para pagamento em 2022 e 250 000€/ano de 2023 a 2025. Contudo, refere que no documento “Atividades mais relevantes” constata que o protocolo para 2022 tem o montante de 180 000€, quando na realidade deveria ser 480 000€, sendo o 1 000 000€ é distribuído pelos anos seguintes, mas verifica que nas GOP’s continua inscrito o valor de 1 430 000€.

O membro Márcio Santos refere que da análise efetuada aos documentos constata a preocupação e empenho de uma equipa focada nas vicissitudes de um território do interior. Disse que o caminho traçado, mantém uma aposta num contínuo crescimento e desenvolvimento.

Da revisão, destacou algumas ações, principalmente naquelas que visam o crescimento empresarial, sublinhou ainda a confiança demonstrada pelo executivo nas Justas de Freguesia.

Disse que esta revisão demonstra uma preocupação em reforçar o apoio às associações de carácter social, cultural, recreativo, desportivo, sendo assim uma proximidade do executivo com a realidade do território e das suas gentes. Salientou ainda o esforço do município, que a partir de 1 de abril, vai assumir a delegação de competências no âmbito da educação. Fez nota às dificuldades sentidas no país, resultantes da falta de mão de obra do setor da construção associada à subida do preço

dos materiais e a ameaça que isso representa para os próximos tempos, a este cenário associou às alterações climáticas e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Refere que as dificuldades e as crises chegam a todos, mas chegam mais rápido a quem está mais distante do poder central, como é o caso do interior do país. Disse que depois dos Incêndios de 2017 e da pandemia, verifica com “bons olhos” o contributo no domínio ambiental. (anexo 10)

O membro Rui Santos disse que se fala muito do interior e como regionalista, reforça-o que é necessário reclamar para o interior, mas que é necessário ter em conta que no caso concreto do concelho de Tondela, executa-se pouco em termos de percentagem dos fundos comunitários que temos aprovados.

De seguida, efetuou uma declaração de voto, que se transcreve:

“Estivemos hoje aqui a discutir e votar a 1ª Revisão destes documentos estruturantes de gestão municipal, que continuam a não dar a resposta que consideramos ser a desejável para um maior, mais equilibrado e mais solidário desenvolvimento do Concelho.

Esta revisão resulta apenas da mobilização do saldo orçamental de 2021 feita numa situação de grande instabilidade da maioria do PSD que governa a Câmara, que alertámos durante a campanha eleitoral ir acontecer, e ao que se consta com a Presidência e Vereadores com funções executivas a serem surpreendidos com situações, obras e compromissos sem projetos prévios devidamente planeados. Esta é, por isso, uma oportunidade perdida para começar a ajustar prioridades da ação do executivo camarário ao que entendemos serem as necessidades do Concelho, sendo a revisão, apenas uma tímida exceção, cuja distribuição de verbas pelas rubricas orçamentais apenas abertas ou com dotação que já se sabia insuficiente, como foi afirmado em dezembro na discussão votação dos originais dos documentos.

Saliente-se que, a bem da compreensão dos documentos da revisão que entendemos os mesmos devem ser apresentados com uma breve nota informativa sobre os objetivos/finalidades a atingir com a revisão e sobre alterações orçamentais efetuadas antes da revisão de forma a que na análise dos documentos não surgissem dúvidas sobre as discrepâncias entre as dotações iniciais do orçamento para 2022 e as dotações atuais dos documentos de revisão, que só foram esclarecidas perante questões levantadas pela Sra. Vereadora do PS Ana Coimbra.



Dentro do pouco tempo que tivemos para os analisar consideramos, de forma sumária por não caber nesta declaração uma análise detalhada, que os documentos demonstraram como já tínhamos referido em dezembro de 2021:

1-Uma falta de visão estratégica para o desenvolvimento do concelho, que identifique claramente as necessidades prioritárias, que articule com o que de bom está a ser feito e enquadre e justifique as opções propostas. Só assim se poderá conseguir a necessária mobilização para um desenvolvimento integrado e sustentável.

2-Com os mapas de fluxos de caixa torna-se ainda mais evidente o elevado número de investimentos previstos que não se iniciaram ou que se arrastam no tempo, e se traduzem na baixíssima taxa de execução das GOP's e PPI's e correspondentes Orçamentos do último mandato, especialmente relevantes para a falta de recebimento de fundos Comunitários. Recebimentos que só acontecem quando há execução de obra ou investimento, (os incêndios de 2017 e a Covid não justificam tudo), deixando por isso muitas outras obras dependentes do saldo de execução orçamental, como se verifica nesta revisão;

3-No domínio da habitação a custos controlados, continuamos a subaproveitar regimes de financiamento extremamente favoráveis, ao abrigo do primeiro direito. Municípios vizinhos avançam com investimentos avultados ao abrigo do 1º direito e nós ainda só abrimos rubrica orçamental para começar a pensar no assunto. Para fixar e atrair novas famílias precisamos de habitação a custos controlados, não só na sede do concelho, e não se vê reforço previsto para aquisição de terrenos destinados a poder ter a oferta pela via do investimento direto, da construção contratualizada, ou mesmo da iniciativa individual dos interessados. A falta dessa oferta já está a contribuir para problemas de investimentos industriais no Concelho. Os vereadores do PS bem evidenciaram isso na declaração do sr. Vereador arquiteto Cândido Miguel Mota

4-Apesar de uma tímida inscrição de dotações para questões ambientais continua a falar uma estratégia de desenvolvimento com lançamento de estudos e projetos para preparar e criar valor a partir dos recursos naturais e patrimoniais do concelho. A área ambiental no âmbito da silvicultura, ambiente geral e recuperação dos cursos de água e suas potencialidades à valorização do património edificado, continua sem merecer a devida atenção a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) continua no mesmo ponto de 2016 e as possibilidades de candidatura a Fundos dos Programas Nacionais e Comunitários para a recuperação e valorização ambiental continuam a ser desaproveitadas.

5-Continua a não se vislumbrar uma estratégia global para o desenvolvimento e valorização da Serra do Caramulo e resolução dos problemas de saneamento básico das populações e de valorização global dos recursos endógenos da Serra.

6-Continua a ausência de um quadro, equilibrado e transparente, de transferência de competências, responsabilidades e aumentando, a exemplo do que se passa em outros municípios próximos, a percentagem dos fundos do Orçamento Municipal a gerir diretamente pelas freguesias com base numa negociação com critérios equitativos, justos e aceites pelas partes. Parece que se quer continuar a investir nos protocolos e nos contratos interadministrativos, caso a caso, em função das agendas eleitorais e das afinidades político / pessoais mantendo as freguesias sob a alçada “paroquial” do Município. Isso seria uma ferramenta essencial para o desenvolvimento harmonioso do concelho e uma forma expedita de libertar a Câmara de algumas tarefas e aumentar a sua capacidade de execução orçamental.

É para nós evidente que esta revisão dos documentos orçamentais e de planeamento não muda a sua inadequação inicial às necessidades e exigências de Tondela como referimos na nossa declaração de voto nesta Assembleia, em 30 de dezembro de 2021. E por isso votamos contra.

Pelo Grupo A. Municipal do PS”

O membro Guilherme Duarte disse ao membro Rui Santos que após ouvir a sua intervenção, ficou com a perceção de que para o Partido Socialista pode existir um problema pelo facto de ter havido um saldo transitado positivo. Referiu que fica preocupado por acharem poder existir desorientação e não ser possível perspetivar o futuro. Questionou se criar condições para que haja investimento no concelho, nomeadamente, investir na ampliação de Zim's, criar ou reforçar investimento das empresas e assim criar melhores condições de vida para as pessoas, não é uma preocupação, garantindo para o PSD é uma preocupação.

Frisou ainda que, no que respeita às questões ambientais, com os investimentos e com a abertura de rubricas nessa área, referidas na intervenção da senhora presidente de câmara, entende que não foi algo que não gostaram de ouvir, apesar de tanto terem lutado, e bem, pelos problemas ambientais das ETAR's do concelho.

O membro Rui Santos respondeu ao membro Guilherme, que não se referiu aos investimentos e ampliações das Zonas Industriais. Referiu que tinha dito que não há investimento suficiente, nem se vêm lançados estudos suficientes, por exemplo para promover habitação social. Disse, que neste momento, o maior problema que se coloca

no concelho, assim como noutro do interior, é não haver massa populacional para assegurar as respostas aos que cá querem investir, algo que vai acontecer em grande escala. Disse que se o concelho quiser manter as condições para o futuro, terá de receber muitas pessoas, pois as ZIM's podem ter excelentes condições, mas se não houver mão de obra que queira trabalhar.

A senhora presidente da câmara, de seguida, respondeu às várias intervenções.

Ao membro Nelson Martins, evocou à deliberação de câmara, da reunião de 25 de janeiro, relativamente ao aditamento com a Associação do Vinhal, disse onde se verifica a retificação da verba, para 2022, no montante de 430 000€.

Ao membro Rui Santos, disse que a estratégia local de habitação foi aprovada em reunião de câmara em 7 de outubro de 2020, submetida à assembleia a 23 de outubro de 2020 e aprovada pelo IRHU a 15 de agosto de 2021. Referiu que a estratégia local de habitação terá uma vigência até 2024, que poderá se prolongar até 2026. Disse que vai iniciar-se, este ano, a segunda fase de diagnóstico, que prevê 150 famílias recenseadas, que resulta de 80 famílias com primeiro direito, 70 famílias com beneficiário das medidas a promover pelo município em realojamento. Em relação às questões ambientais, refere que o valor 2 823 604€, valor previsto para o sistema Norte de Tondela, é um valor muito significativo de investimento, como também para a reabilitação da ETAR da Zona Sul, no valor de 1 564 052€, ambas candidaturas apresentadas ao POSEUR.

Ao membro Márcio Santos, disse que o investimento que o município faz, como é o caso do transporte escolares, no valor de 70 000€ por mês, são investimentos significativos, exemplo do que é feito na área educativa.

O membro Nelson Martins disse que estava a referir-se a documentos de 2021 e 2022. O protocolo do Vinhal foi aprovado com 1 130 000.00€, mas em Reunião de Câmara de 25 janeiro foi calendarizado com 430 000€, para 2022 e com 250 000€ para os anos 2023, 2024 e 2025, mas que no documento das GOP's está inscrito o valor de 1 430 000€.

Colocado à votação, a 1ª alteração modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e dois, foi aprovada por maioria com os votos contra dos membros: Helena Coimbra, Rui Santos, Rita Rosa, Marta Marques, Amândio Loureiro, José António Matos, Maria da Conceição Gomes, Nelson Martins, Martinho Rodrigues. Abstiveram-se os membros: Fernando Silva, Ana Maria Duarte, Ricardo Loureiro, Júlio Pacheco Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Dinis. Votaram a favor os membros: António

Leitão, Felisberto Figueiredo, Márcio Santos, Sérgio Rodrigues, Guilherme Duarte, Mariana Fidalgo, Carlos Amaral, Francisco Fonseca, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Paulo Lopes, Alfredo Leitão, João Paulo Loureiro, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, José António Dias, Sandra Santos, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Paulo Bizarro, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.3. Alteração ao mapa de pessoal de 2022

A senhora presidente da câmara disse que a revisão do mapa de pessoal em 2022, com vista aos ajustes finais para incorporação de novos funcionários por força da transferência de competências delegadas no domínio da educação, que passarão a fazer parte do quadro do município e decorrente de contratações efetuadas pelos Agrupamentos, após aprovação do mapa de pessoal para 2021, bem como assegurar ajustes funcionais, de modo a melhorar a capacidade de resposta dos serviços.

Colocado à votação a alteração ao mapa de pessoal de 2022, foi aprovada por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Márcio Santos, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Lopes, Alfredo Leitão, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4. Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Molelos

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto

Figueiredo, Rui Santos, Márcio Santos, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Lopes, Alfredo Leitão, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.5. Contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Guardão

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Márcio Santos, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Lopes, Alfredo Leitão, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.6. Contrato interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Guardão, no âmbito da educação

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Márcio Santos, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da

Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Lopes, Alfredo Leitão, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.7. Aditamento ao contrato interadministrativo n.º 26/2021 celebrado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo

Colocado à votação o aditamento ao contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Márcio Santos, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Lopes, Alfredo Leitão, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.8. Aditamento ao contrato interadministrativo n.º 24/2021 celebrado entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Canas de Santa

Colocado à votação o aditamento ao contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Márcio Santos, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Lopes, Alfredo

Leitão, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.9. Aditamento ao contrato interadministrativo nº 87/2021 celebrado entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo

Colocado à votação o aditamento ao contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Márcio Santos, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Lopes, Alfredo Leitão, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.10. Libertação de saldos remanescentes de contratos interadministrativos

Colocada à votação da libertação dos saldos remanescentes dos contratos interadministrativos foram aprovadas por unanimidade com os votos dos membros: António Leitão, Helena Coimbra, Felisberto Figueiredo, Rui Santos, Márcio Santos, Rita Rosa, Sérgio Rodrigues, Marta Marques, Guilherme Duarte, Amândio Loureiro, Mariana Fidalgo, José António Matos, Carlos Amaral, Maria da Conceição Gomes, Francisco Fonseca, Nelson Martins, Maria Cristina Simões, António Almeida Dias, Martinho Rodrigues, Paulo Lopes, Alfredo Leitão, João Paulo Loureiro, Fernando Silva, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Gilberto Oliveira, Ricardo Loureiro, Ana Maria Duarte, José António Dias, Sandra Santos, Júlio Pacheco, Carlos Coimbra, José Hélder

Alves, Mário Simões, Vítor Mota, Paulo Bizarro, Paulo Dinis, Pedro Santos e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.11. Outros assuntos de interesse para o Concelho

O membro Paulo Dinis interveio desejando um bom mandato à senhora presidente, esperando que sejam tomadas as melhores opções para o concelho, como um todo, nas políticas de descentralização. Relativamente à intervenção do membro Carlos Amaral, que pediu a descentralização do governo para o município, e solicitou-lhe que peça igualmente a descentralização para as freguesias.

O membro Marta Marques interveio, no âmbito das alterações climáticas, que devem ser uma prioridade nacional. Disse que tem sido uma prioridade pessoal e do Partido Socialista alertar para o problema, apresentando propostas concretas. Alertou que a região mediterrânica apresenta uma maior vulnerabilidade, com os efeitos adversos dessas alterações: desertificação, seca, incêndios florestais, erosão costeira devido à subida do nível do mar e ao aumento das tempestades, diminuição da produtividade agrícola dificuldade em manter sistemas agrícolas mais sensíveis às limitações ou à produção tradicional, a propagação de doenças transmitidas por vetores e poluição do ar.

Referenciou os principais indicadores do documento de motorização de seca, elaborado pelo IPMA. Disse ser urgente adotar ações imediatas de mitigação, que combatam as causas, e de adaptação, que minimizem os impactos não só no nosso Concelho, mas a nível nacional. Apelou a várias medidas concretas de uso sustentável de água. Solicitou o empenho da senhora presidente de câmara, na construção de uma resposta robusta aos riscos decorrentes das alterações climáticas, pois considera que terá de haver uma priorização urgente destas medidas, tendo em conta o contexto climático e ambiental em que vivemos. A seca é uma realidade e muito caminho há a percorrer para combater esta realidade, acrescentando que o Partido Socialista está disponível para um debate construtivo e participativo com a câmara, para a promoção da consciencialização e do envolvimento da comunidade, nas várias ações de sensibilização. Anexo 11.

O membro Felisberto Figueiredo evocou a demora no licenciamento de obras para habitação, pois para reconstruir uma casa de família, a licença demorou cerca de

nove meses a ser emitida, tendo originado um aumento de 40% no orçamento, inicial do empreiteiro.

O membro Helena Coimbra disse que o membro Felisberto Figueiredo que era um homem de sorte, pois para aprovação de um projeto de uma moradia nova, o prazo entre entrada do projeto de arquitetura e levantamento da licença, são cerca de dois anos a dois anos e meio.

A senhora presidente de câmara referiu, em resposta ao membro Marta Marques, que é sua intenção contribuir e contar com o apoio de todos, no que respeita à estratégia no domínio das alterações climáticas e a mitigação dos efeitos nefastos que estão a trazer, agradecendo essa disponibilidade. Disse que deve existir um grande trabalho preventivo, quer seja na área do ambiente ou das florestas.

Em relação às questões colocadas no âmbito dos licenciamentos e urbanismo, referiu que contam em breve sejam ultrapassadas, prova disso, é a proposta de alteração feita ao mapa de pessoal, que permitirá novos procedimentos concursais, que irão desempenhar funções no departamento de urbanismo.

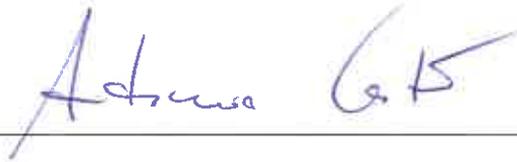
3-Período aberto ao Público.

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas dezanove horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por:

O Presidente:



O 1º Secretário:



O 2º Secretário:



Estão também concluídos os trabalhos de repavimentação nos arruamentos previstos em Santiago de Besteiros, Nandufe, CM1517 (Arnosa) e CM1525, com execução de rotunda e repavimentação no acesso a Vales, Lobão da Beira e Canas de Santa Maria.

Ainda no domínio das infraestruturas rodoviárias, estão concluídos os trabalhos entre Lobão da Beira, Canas de Santa Maria e CM1501 em Molelos, à semelhança do que acontece com o eixo infraestrutural Vilar de Besteiros, Mosteiro de Fráguas, Campo de Besteiros e Castelões está concluído.

Relativamente a outros arruamentos previstos nas freguesias de Molelos, S. Miguel do Outeiro/Sabugosa, Dardavaz e Mouraz/Vila Nova da Rainha, estes encontram-se a decorrer, sendo que com alguns atrasos e constrangimentos, por força da falta de recursos humanos e do atraso na entrega e escassez de matérias primas.

As Zonas Industriais do Concelho continuam a ser um enorme motor de desenvolvimento regional e de geração de riqueza e emprego.

Além de todos os investimentos privados já amplamente conhecidos, no Lagedo destacar o ritmo da nova unidade da Brose, da Unidade 5 e 6 da Fresenius Kabi e os trabalhos da Gialmar.

As obras na ZIM de Tondela continuam a decorrer, havendo a registar alguns atrasos na sua execução. As entidades adjudicatárias solicitaram a prorrogação do prazo de conclusão das obras.

Importa referir que esta última vaga pandémica, com um aumento exponencial de casos, paralisou alguns sectores, quer por força da falta de recursos humanos, quer por força da dificuldade no acesso a matérias primas e materiais integrados.

Quanto à Zona Industrial da Adiça, informar que está suspenso o Plano de Pormenor por força da ampliação da Bodum. Trata-se de um investimento que ascende a quatro milhões de euros, e gerará dezenas de novos postos de trabalho altamente qualificados. Dentro em breve, a Câmara Municipal assinará um memorando de entendimento para execução do processo de ampliação.

No domínio do ambiente destacar que as obras de construção da ETAR do Lagedo se encontram a decorrer, estando já praticamente concluída a estrutura de betão.

No quadro da AINTAR (Associação Intermunicipal de Águas Residuais), estão abertos dois procedimentos, um respeitante à Requalificação do Sistema Norte de Tondela, num total de 2 823 604,48€ + Iva, e outro referente à Reabilitação da ETAR da Zona Sul de Tondela de 1 564 152,85€ + Iva. Esperemos que, e por força do verificado noutros concursos, estes ocorram sem constrangimentos



para que o mais rapidamente possível possamos dar início a estes enormes investimentos.

O PEDU (Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano) continua a ser uma aposta forte do território.

O Centro Tecnológico e de Empreendedorismo não estará concluído no primeiro trimestre deste ano como previsto no relatório anterior, mas, e face ao abrandamento dos números da Covid-19 e o regresso de alguma normalidade, prevê-se que os trabalhos estejam concluídos no início do terceiro trimestre.

A Frente Ribeirinha, também integrada no PEDU, tem avançado a um bom ritmo, estando praticamente concluída a ponte pedonal, sendo visível o seu estado adiantado. Este projeto permitirá ligar este corredor ciclável e pedonal ao Centro Tecnológico e de Empreendedorismo e à Ecopista do Dão.

Os investimentos na saúde são uma prioridade.

A obra da USF de Tondela, cujo valor ascende aos dois milhões de euros, encontra-se neste momento a aguardar visto do Tribunal de Contas, para que se prossiga com a execução.

Relativamente à USF de Canas de Santa Maria, o projeto de requalificação e ampliação foi agora contratualizado, estando praticamente reunidas as condições para o arranque da obra.

O Município de Tondela demonstra desta forma a sua total disponibilidade para o garante ao acesso de cuidados de saúde por parte das populações, extrapolando e substituindo-se à Administração Central, garantindo a qualidade e funcionalidade destes equipamentos.

No eixo da educação, vários são os investimentos a destacar.

Por um lado, uma cultura de proximidade que se espelha em pequenas reparações que estão a decorrer por diversos pontos do concelho, entre eles a reformulação de toda a parte interior do Jardim de Infância do Botulho e do arranjo exterior do Jardim de Infância de Santiago de Besteiros.

Salientar também que está terminado o processo de remoção de amianto nas escolas de Campo de Besteiros, Lajeosa do Dão e Tondela.

Quanto às competências que serão descentralizadas neste domínio a partir do dia 1 de abril de 2022, destacar que o Município tem realizado reuniões de trabalho com a DGestE, bem como com os respetivos agrupamentos de escolas concelhios para que estejam acauteladas as condições de arranque.



Será um árduo desafio face aos constrangimentos que se vão assinalando, entre eles a escassez de assistentes operacionais e o défice financeiro no que concerne aos transportes escolares.

A área social tem estado em permanente alerta perante uma pandemia que fragilizou tantas famílias.

No que toca à transferência de competências neste sector, a sua aceitação será prorrogada até ao dia 31 de março de 2022. Têm sido desenvolvidos contactos estreitos com os Serviços Distritais para que tal transição seja suave e eficaz, garantido eficiência e proximidade às populações.

Um projeto que começa a dar os primeiros passos e cuja importância é por todos reconhecida é o BUPI (Balcão Único do Prédio), que se ocupa com o levantamento do cadastro predial. Neste momento encontram-se no terreno duas equipas que percorrerão todas as freguesias do concelho.

Ainda no âmbito da atividade da câmara, muitas têm sido as reuniões de trabalho com as Juntas de Freguesia e com outras entidades que contribuem de forma decisiva para o desenvolvimento do nosso concelho.

A Câmara Municipal fez-se representar institucionalmente em todos os órgãos que integra, estando em reuniões na CIMVDL (Comunidade Intermunicipal da Região Viseu Dão Lafões), ADICES, AINTAR e Associação de Municípios do Planalto Beirão.

A Presidente da Câmara Municipal de Tondela



Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que o Município de Tondela regista, no final do período em análise, uma taxa de execução da receita total de 7%, apresentando um desvio negativo de 6,42%.

Analisando a estrutura da receita, verifica-se que o capítulo das transferências correntes se apresenta como o mais expressivo, atingindo 63,3% da execução da receita total. Do lado das receitas de capital, o único capítulo com valor de relevo é o das transferências de capital, atingindo cerca de 12,45% da receita total.

Em síntese, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 2.931.496,86€.

Importa mencionar que, não se encontra, ainda, refletido na execução orçamental da receita, o saldo da gerência anterior.

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 18 de fevereiro de 2022.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período: (entre 01-01-2022 e 18-02-2022)

| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | | RECEITA PREVISTA CORRIGIDA | RECEITA COBRADA BRUTA | GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | DESVIO FACE AO GRÁU DE EXECUÇÃO PADRÃO (13,43%) | PESO DA EXECUÇÃO REC NA RECEITA TOTAL |
|----------------------------|--|----------------------------|-----------------------|-----------------------------|---|---------------------------------------|
| CLAS | DESCRIÇÃO | € | € | INDICADOR% | INDICADOR% | € |
| Receitas Correntes | | 20.867.489,57 | 2.561.459,63 | 12,27% | -1,15% | 87,30% |
| 01 | IMPOSTOS DIRECTOS | 4.920.994,00 | 357.868,79 | 7,27% | -6,15% | 12,21% |
| 04 | TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES | 218.588,00 | 41.944,02 | 19,19% | 5,77% | 1,43% |
| 05 | RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 1.218.103,00 | 92.329,32 | 7,58% | -5,84% | 3,15% |
| 06 | TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 12.667.227,57 | 1.855.587,12 | 14,65% | 1,23% | 63,30% |
| 07 | VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES | 1.674.429,00 | 211.818,54 | 12,65% | -0,77% | 7,23% |
| 08 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 168.148,00 | 1.911,84 | 1,14% | -12,28% | 0,07% |
| Receitas de Capital | | 21.028.874,33 | 370.037,23 | 1,76% | -11,66% | 12,62% |
| 09 | VENDA BENS INVESTIMENTO | 20,00 | 196,40 | 982,00% | 968,58% | 0,01% |
| 10 | TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 18.812.850,33 | 365.022,00 | 1,94% | -11,48% | 12,45% |
| 12 | PASSIVOS FINANCEIROS | 2.206.002,00 | 0,00 | 0,00% | -13,42% | 0,00% |
| 13 | OUTRAS RECEITAS CAPITAL | 10.001,00 | 0,00 | 0,00% | -13,42% | 0,00% |
| 15 | REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS | 1,00 | 4.818,83 | 481883,00% | 481869,58% | 0,16% |
| 16 | SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR | 0,00 | 0,00 | - | - | - |
| TOTAL GERAL | | 41.896.363,90 | 2.931.496,86 | 7,00% | -6,42% | 100,00% |



3. DESPESA

3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2022 a 19-02-2022

| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | | DOTAÇÕES CORRIGIDAS | DESPESA PAGA | GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (13,42%) | FEBO DA EXECUÇÃO EP NA DESPESA TOTAL |
|----------------------------|------------------------------|----------------------|---------------------|-----------------------------|---|--------------------------------------|
| CNT | DESCRIÇÃO | IS | II | III(IV) (V)(VI) | III(IV) (V)(VI) | IS |
| Despesas Correntes | | 18.728.570,87 | 1.429.860,70 | 7,63% | -5,79% | 52,31% |
| 01 | Despesas com Pessoal | 6.850.661,59 | 643.743,29 | 9,40% | -4,02% | 23,55% |
| 02 | Aquisição de Bens e Serviços | 8.016.651,00 | 625.788,16 | 7,81% | -5,61% | 22,90% |
| 03 | Juros Outros Encargos | 25.772,28 | 0,00 | 0,00% | -13,42% | 0,00% |
| 04 | Transferências Correntes | 3.723.240,00 | 152.827,85 | 4,10% | -8,32% | 5,59% |
| 06 | Outras Despesas Correntes | 112.246,00 | 7.501,40 | 6,68% | -6,74% | 0,27% |
| Despesas de Capital | | 23.167.793,03 | 1.303.362,06 | 5,63% | -7,79% | 47,69% |
| 07 | Aquisição de Bens de Capital | 18.895.826,03 | 1.196.130,10 | 6,33% | -7,09% | 43,76% |
| 08 | Transferências de Capital | 3.736.046,00 | 107.231,96 | 2,87% | -10,55% | 3,92% |
| 09 | Ativos Financeiros | 36.188,00 | 0,00 | 0,00% | -13,42% | 0,00% |
| 10 | Passivos Financeiros | 492.600,00 | 0,00 | 0,00% | -13,42% | 0,00% |
| 11 | Outras Despesas de Capital | 7.133,00 | 0,00 | 0,00% | -13,42% | 0,00% |
| TOTAL | | 41.896.363,90 | 2.733.222,76 | 6,52% | -6,90% | 100,00% |

Face à análise do quadro síntese da execução orçamental da despesa, podemos concluir que o Município de Tondela regista, no fim do período em análise, uma taxa de execução da despesa total de 6,52% sendo, o grau de execução esperado de 13,42%, representando um desvio negativo de 6,90%.

3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Período 01-01-2022 a 18-02-2022

| CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | | DOTAÇÃO CORRIGIDA | COMPROMISSOS | GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS |
|----------------------------|------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------------------|
| CAP | DESIGNAÇÃO | (1) | (2) | (3) = (2)/(1)100% |
| Despesas Correntes | | 18.728.570,87 | 16.074.228,64 | 85,83% |
| 01 | Despesas com Pessoal | 6.850.661,59 | 6.513.364,51 | 95,08% |
| 02 | Aquisição de Bens e Serviços | 8.016.651,00 | 6.193.170,90 | 77,25% |
| 03 | Juros Outros Encargos | 25.772,28 | 16.122,45 | 62,56% |
| 04 | Transferências Correntes | 3.723.240,00 | 3.261.403,05 | 87,60% |
| 06 | Outras Despesas Correntes | 112.246,00 | 90.167,73 | 80,33% |
| Despesas de Capital | | 23.167.793,03 | 13.025.268,16 | 56,22% |
| 07 | Aquisição de Bens de Capital | 18.895.826,03 | 8.991.267,50 | 47,58% |
| 08 | Transferências de Capital | 3.736.046,00 | 3.505.236,20 | 93,82% |
| 09 | Ativos Financeiros | 36.188,00 | 36.187,50 | 100,00% |
| 10 | Passivos Financeiros | 492.600,00 | 492.577,96 | 100,00% |
| 11 | Outras Despesas de Capital | 7.133,00 | 0,00 | 0,00% |
| TOTAL | | 41.896.363,90 | 29.099.497,80 | 69,46% |

Através da análise do quadro acima podemos realçar que, à data do reporte, as despesas com pessoal já se encontram comprometidas em cerca de 95% da dotação orçamental do Município. Nas despesas de capital podemos destacar os compromissos dos capítulos, transferências de capital, ativos financeiros e passivos financeiros com um grau de execução superior a 90%.

No que diz respeito à totalidade de compromissos, a sua execução encontra-se nos 69,46%, com um total de compromissos assumidos de 29.099.497,80€, até à data de 18-02-2022.

3.3. COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Artigo 22.º

Assunção de compromissos plurianuais

Para efeitos do previsto na alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º e n.º 4, do art.º 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua atual redação, considera-se emitida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, sempre que:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimentos; ou
- d) Quando o Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso, ou subsequentes modificações, gerem encargos plurianuais, conforme dispõe o n.º 4 do art.º 16.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Artigo aprovado na Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2022, na reunião do dia 30 de dezembro de 2021

Handwritten signature in blue ink.

Face ao que precede verificou-se que se assumiram os seguintes compromissos plurianuais entre 01-01-2022 e 18-02-2022.

| COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 01-01-2022 e 18-02-2022 | | | | | |
|--|-------------|-------------|------|------|-----------|
| <i>(Em obediência da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal)</i> | | | | | |
| Descrição sumária do compromisso plurianual | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | Seguintes |
| Prestação de serviços no âmbito do Plano Estratégico de ação para o Centro Tecnológico e Empreendedorismo. | 3.013,50 € | | | | |
| Telecomunicações Moveis e Fixas | 31.919,24 € | 31.919,23 € | | | |
| Prestação de serviços em regime de avença de uma Nutricionista | 7.860,12 € | | | | |

4. CONCLUSÃO

Estando decorridos apenas 49 dias do ano de 2022, poderemos concluir que os indicadores da receita e da despesa se encontram abaixo do padrão, salientando, no entanto, a fragilidade da definição de um valor padrão, de análise de execução orçamental, para um período tão curto no universo de doze meses.

Tondela, 18 de fevereiro de 2022

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TONDELA

- SESSÃO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2020- ALVARIM

Boa tarde.

Cumprimento o sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Tondela, Dr. António Leitão Amaro e na sua pessoa os demais elementos da mesa, a Sr^a Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Eng. Carla Borges, os Srs e Sr.as Membros desta Assembleia Municipal, Comunicação Social, público presente na sessão.

De novo, cumprimento a Sr^a Presidente da Câmara e a sua equipa, Srs e Sra vereadores e colaboradores desejando-lhes os melhores sucessos na prossecução dos objetivos do projeto social democrata sufragado para o Concelho. Explicito, aqui, o meu apoio e colaboração à sua missão, entendida como a de serviço e bem publico, na procura das mais adequadas condições de vida, e de desenvolvimento do nosso concelho e da sua população.

Também referir, porque não o fiz antes da ordem do dia, que temos seguido com muita apreensão e horror o ignóbil ataque da Rússia e do seu Presidente Putin a um país democrático, a Ucrânia, provocando todas as mortes e cicatrizes que uma aventura imperialista representa e configura.

O desrespeito pela ordem mundial, (o rasgar dos preceitos assentes nos acordos das Nações Unidas e no respeito humano pela liberdade de decisão e escolha), levou à invasão de um país democrático que tem todo o direito à salvaguarda das suas populações e territórios e ao direito à livre escolha das suas ideologias, à livre decisão e modo de vida e pensamento . **Quero deixar aqui o meu mais veemente repúdio por esta vil tentativa, em execução, de escravização do povo ucraniano.**

Agora, mais diretamente ligado ao ponto da ordem do dia, deixava aqui uma solicitação de informação à Sr^a Presidente sobre o saneamento na zona oeste da freguesia de Molelos, mais concretamente na avenida Dr. Marques da Costa, a partir do cruzamento para Molelinhos, junto ao Café Tico.Tico, Club Atlético de Molelos, englobando toda essa zona e que se

f. A
B

estende até ao limite da freguesia de Molelos com freguesia de Castelões.
Para quando e que projeto?

Atento ao estado calamitoso para que nos encaminhamos ao nível meteorológico e, ciente das dificuldades que iremos encontrar, com esta seca, no domínio hídrico, da agricultura e pecuária e noutras atividades económicas, para além do possível flagelo dos incêndios perguntava à Sr^a presidente se já foi equacionada uma avaliação/previsão das consequências e efeitos da possível falta de água e se estão definidas, ou a definir, estratégias de motivação e poupança desse mesmo liquido essencial par o nosso concelho.

Solicitava também informação sobre a gestão do recurso hídrico- Barragem do Paul- e da previsão sobre a duração do caudal para fornecimento às populações da água canalizada dai decorrente.

De referir, também que, gostaria de propor que, na página do município houvesse um espaço, mais ou menos detalhado, (fotos/vídeos e outros) sobre o estados dos trabalhos que vão sendo desenvolvidos, diariamente, no âmbito da atuação da Câmara Municipal e dos seus projetos.

Já tem vindo a aparecer alguma informação, até nas redes sociais privadas, mas entendo que seria uma oportunidade de colocar ao dispor de todos os munícipes o real estado de desenvolvimento dos projetos. Uma foto diz muito mais que algumas palavras.

E é tudo. Muito Obrigado.

Sérgio Rodrigues. PSD- Assembleia Municipal de Tondela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 25 DE FEVEREIRO DE 2022

PONTO 2.1

O relatório das atividades da Câmara reflete aquilo que é a ação do município nas principais áreas de intervenção. No entanto, cabe-nos uma análise sobre o mesmo, onde devemos avaliar a quantidade, a qualidade e as condicionantes daquilo que são os trabalhos desenvolvidos.

E aqui tenho de começar pelo fim e pelo que já muito é debatido, as condicionantes que hoje temos no dia-a-dia.

A pandemia pela qual parece finalmente que estamos a passar afetou todos sem exceção. E nesta passagem pela 5ª vaga, dezembro e janeiro foram meses em que em Tondela tivemos constantemente inúmeras pessoas em isolamento, chegando a ter consecutivamente mais de 1000 casos ativos por dia. Sabemos que isto afeta todos os serviços e áreas de trabalho que não podemos descorar.

Um dos problemas de grande escala que hoje damos conta é a área da Construção civil. A construção civil apresenta aos dias de hoje uma crise para a qual temos de olhar com os olhos todos e numa estratégia global. Se este setor, hoje, é dos que mais cresce, é também o 2º setor com maior falta de mão de obra em Portugal e é dos setores que mais está a ser afetado com a escalada abrupta dos preços dos materiais e dos custos inerentes do transporte. Se hoje não há obras que não atrasem por estes motivos, percebe-se que as contratações assumidas se desatualizam facilmente, do tempo de concurso para o tempo de entrada em obra, temos

estão a funcionar as pós-graduações que o município conseguiu captar para Tondela e se a adesão das mesmas correspondeu ao previsto pelo município e pelos seus parceiros.

Como é decorrente do projeto do PSD para o concelho, a continuidade das expansões das Zim's tanto em novas infraestruturas como em atração de crescimento das nossas empresas é sempre um facto de assinalar. Brose, Bodum, Gialmar, Fresenius e tantas outras continuam a crescer com as condições que lhes são dadas.

Emprego, atratividade e captação são palavras que estamos sempre a ouvir e a repetir e felizmente assim continuaremos.

E gostaria de terminar a intervenção por realçar alguns projetos que não são tão visíveis dado não serem de tijolo, alcatrão ou betão mas que queria dar nota nesta assembleia:

- o projeto bupi, que pela dinâmica que emprega traz desenvolvimento e digitalização ao processo do cadastro predial, e que fará com que todos tenham acesso ao mesmo nas melhores condições possíveis.
- as ações de fogo controlado que demonstram que por um pequeno sinal que seja, estamos a antecipar cenários na defesa da nossa Floresta, mais ainda num ano que se antevê de seca e infelizmente propicio aos incêndios
- o avanço que se deu a conhecer em reunião de câmara da estratégia local de habitação, com a implementação real do mesmo a prazos visíveis. Sendo esta uma ferramenta de atração para que a prazo também os jovens

e valor; falo da saúde e do rastreio e diagnóstico de doenças que ainda não são conhecidas e que ficaram para trás;

enfim.. São áreas que daqui para a frente teremos de olhar em conjunto e colocar em prática uma visão de sustentabilidade da vida das nossas gentes para que estas continuem, como até então, a procurar em Tondela um local que gostam de viver e têm qualidade para tal. E para isto o PSD confia nas equipas que conduzem o nosso município e que continuarão a conduzir com a qualidade que fomos habituados.

FRANCISCO FONSECA.



Handwritten signature in blue ink.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,
Senhora Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Vereadores,
Comunicação Social
Público presente,

Uma análise atenta ao documento aqui hoje apresentado permite-nos perceber a importância de uma equipa que verdadeiramente se preocupa com o foco dos investimentos realizados nas vicissitudes de um território de interior.

Enquanto cidadãos de um concelho que nos habituou a ser ponta de lança em muitas matérias, percebemos que o caminho que tem vindo a ser traçado e que agora aqui se reforça para os próximos tempos, mantém uma clara aposta num contínuo crescimento, focado em alicerçar o seu desenvolvimento numa estratégia bem sedimentada e realizada cada vez mais com um forte preocupação na sua sustentabilidade.

Desta revisão permitam-me destacar as grandes ações consideradas, em especial aquelas que demonstram uma forte aposta nas áreas de acolhimento empresarial – falo concretamente das ZIM – evidenciando-se um persistente apoio à prática empresarial que, em bom rigor, é quem assegura o desenvolvimento económico do nosso concelho.

Mas não só, neste documento fica evidente uma robusta confiança do executivo nas nossas Juntas de Freguesia reconhecendo que, em bom rigor, são os Senhores Presidentes de Junta quem, no dia-a-dia, mais de perto contacta com os nossos concidadãos e, portanto, quem melhor lhes pode dar as respostas mais imediatas.

Senhora Presidente, considerando-me alguém muito ligado ao movimento associativo - de resto encontramos-nos num edifício fruto do esforço colaborativo de tantos colegas deste mesmo movimento popular - permita-me destacar o investimento verificado nas rubricas que ao associativismo dizem respeito. Percebemos que houve, por parte do executivo, uma preocupação em reforçar o apoio às associações do nosso território, das mais variadas vertentes - Culturais, Sociais, Desportivas e Humanitárias ou de Solidariedade Social.

Se dúvidas existiam, nestas duas componentes parece-me ficar evidente uma forte aproximação do executivo à realidade do território e das suas gentes que muitas vezes

[Handwritten signature]

precisam apenas de saber que quando tiverem dificuldades encontrarão ao seu redor um conjunto de instituições capazes de assegurar o seu bem-estar.

Mas quando falava em preocupações de sustentabilidade, referia-me também ao reforço das dotações orçamentais dos custos fixos de gestão, como por exemplo:

- Transportes Escolares dos nossos alunos cujos montantes anuais sabemos ascenderem a mais de meio milhão de euros
- Descentralização de Competências na área da Educação que acarretará já a partir de abril despesas como:
 - Salários de mais 150 Funcionários (entre Assist. Operacionais e Assist. Técnicos)
 - Energia elétrica e água para todos os edifícios
 - Ou a própria manutenção destes edifícios.

Dir-me-ão que para todas estas despesas haverá apoios do poder central e nós sabemos que sim, na mesma medida em que sabemos que para além de alguns dos apoios ainda não estarem legislados, outros há que são manifestamente insuficientes, obrigando o executivo a uma considerável ginástica orçamental. Veja-se o caso dos transportes escolares assegurados a 100% pelo Município, mas do qual apenas recebe financiamento para suportar os custos até ao 3º ciclo, gerando um significativo défice mensal.

Antes de terminar esta minha intervenção – e muito mais haveria a dizer - quero apenas deixar mais uma pequena nota:

A atual conjuntura pós pandémica está-se a demonstrar, de forma inegável, bastante atroz com a economia em geral e a do nosso país em particular.

Já aqui se falou nas dificuldades ao nível da mão de obra, nomeadamente no setor da construção, que associados ao crescente preço dos materiais, se tornaram numa forte ameaça para os próximos tempos. A este cenário acrescentamos o maior de todos os desafios - também já aqui abordado – e que se prende com as alterações climáticas.

Bom, e eu ainda acrescento o terrível cenário desta mais recente crise humanitária, civil e moral na qual acabamos de entrar com a disputa Rússia-Ucrânia...

Sabemos que para muitos desafios Tondela fica no interior do país e isso é um problema porque alguns dos apoios teimam em não passar ali daquele eixo norte-sul que nos separa do litoral. Mas não tenhamos ilusões, as dificuldades e as crises chegam a todos e eu diria mesmo que chegam mais rápido a quem mais distante está do poder central.

Sr.ª Presidente, depois dos terríveis incêndios de 2017, que até há bem pouco tempo nos obrigou a redefinir o foco de atuação;

Depois de uma pandemia, onde o foco foi o rápido e precioso auxílio à vacinação em massa e à proteção generalizada da população – tarefa que de resto só me apraz dizer que em Tondela foi realizada de forma exemplar...

Permita-me referir que é com muito bons olhos que vemos nesta revisão, um orçamento preocupado com o domínio ambiental... Serão poucos os montantes destas rubricas - dirão alguns – eu direi que são um importante contributo para aquilo que acredito ser uma política preocupada com um domínio essencial para a vida de cada um de nós. Da leitura atenta do documento que hoje aqui trazemos percebemos que temos rubricas reforçadas com verbas que permitirão realizar estudos, realizar análise das nossas questões mais críticas e preparar candidaturas para fazer face a uma crise que já percebemos que começou há muito e que a cada dia que passa, somamos um dia que não tem retorno.

Urge intervir na crise da falta de água que se está a tornar uma realidade cada vez mais presente, mas também na conservação dos nossos domínios hídricos, na manutenção das etars, na gestão dos espaços verdes, etc.

Sr. Presidente, Sr.ª Presidente...

Termino a minha intervenção referindo que é, pois, com regozijo que percebemos que uma parte dos saldos agora consolidados serão usados para investimentos na requalificação dos rios e ribeiras do nosso concelho e que o investimento na EMAC “Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas” ganha um importante foco.

Enquanto Tondelense acredito que este é o caminho certo com a certeza que um futuro risonho para todos nós só dependerá das decisões tomadas no presente.

Obrigado.

(Márcio Santos)

[Handwritten signature]



Grupo Parlamentar Do Partido Socialista

Assembleia Municipal De Tondela

Exmos. Membros da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Tondela

Caros Deputados e restantes presentes

Pelas suas características geográficas, “Portugal está entre os países europeus com maior vulnerabilidade as mudanças climáticas”, afirmou a organização ambientalista ZERO, acrescentando que: “em Portugal, as alterações climáticas devem ser uma prioridade nacional”.

Os meus caros devem estar a pensar, lá vamos nos ouvir novamente a lengalenga do ambiente, das alterações climáticas e da poluição. É verdade que tem sido uma prioridade pessoal, mas também uma prioridade do Partido Socialista, alertar para este grande problema, apresentando propostas concretas. Somos atualmente o 4o país europeu com mais eletricidade renovável.

Para justificar este forte alerta, gostaria de vos dizer que a região mediterrânica (e a sua intersecção com o Atlântico) se apresenta como uma área geográfica de maior vulnerabilidade aos efeitos adversos das alterações climáticas”. Entre estes efeitos previstos pela Ciência, estão a desertificação, a seca- flagrante atualmente em todo o território nacional, os incêndios florestais, a erosão costeira devido à subida do nível do mar e ao aumento das tempestades, a diminuição da produtividade agrícola, a dificuldade em manter sistemas agrícolas mais sensíveis às limitações ou à produção tradicional, a propagação de doenças transmitidas por vetores e poluição do ar. Como veem, muitos destes efeitos já se começam a sentir com muita intensidade e forte impacto na vida dos portugueses.

A situação em Portugal “é agravada pela exposição a eventos meteorológicos extremos, como ondas de calor combinadas com secas associadas a condições de enorme redução da humidade e subida do nível do mar.

Face à situação de seca em que o território de Portugal continental se encontra, o IPMA disponibiliza um documento de monitorização da seca meteorológica, atualizado a 15 de fevereiro de 2022, onde se destacam-se os principais indicadores:

- Valores de temperatura máxima do ar quase sempre superiores ao valor normal mensal;
- Valor médio da quantidade de precipitação até dia 15 de fevereiro inferior ao valor normal mensal 1971-2000, correspondendo apenas a 7 %;
- Valores de percentagem de água no solo inferiores ao normal em todo o território. Registam-se valores inferiores a 20 % na região Nordeste e na região Sul;
- Agravamento da situação de seca meteorológica, com aumento das áreas nas classes de seca severa e extrema;

F. A. J.

• A 15 de fevereiro 91 % do território estava nas classes de seca severa e extrema; Entendemos que é urgente adotar ações imediatas de mitigação, que combatam as causas, e de adaptação, que minimizem os impactos não só no nosso Concelho, mas a nível nacional. Congratulo-me que a PC de Tondela, tenha referido que é um assunto que estão a olhar com muito cuidado.

O relatório do primeiro grupo de trabalho do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas apresentou o mais severo alerta de sempre da comunidade científica mundial sobre os efeitos das emissões de gases com efeito de estufa e consequentes alterações climáticas.

A APA apelou para o uso sustentável da água e para que seja evitado o desperdício no quotidiano, lavagem de carros e enchimento de piscinas particulares, apesar de o abastecimento público estar garantido, “já que existe a reserva para dois anos”. A rega de espaços verdes, a lavagem das ruas e de equipamentos são algumas das atividades que poderão ser condicionadas para poupar água. Aqui, questiono o executivo que tipo de medidas equaciona, visto haver no concelho várias zonas verdes, com áreas consideráveis, que requerem um consumo elevado de água.

Mediante este cenário, consultei o documento de Estratégia Municipal de Adaptação as Alterações Climáticas (EMAAC), de Tondela e também o de Viseu, tendo em conta a proximidade geográfica. Encontrei 2 documentos bastante distintos, o de Tondela, bem redigido, mas muito generalista e sem medidas de concretas de ações que levem a efetiva mitigação do problema que vivemos atualmente. Muito surpreendente foi o documento redigido por Viseu onde se encontram bem descritas as medidas de promoção do reforço da capacidade adaptativa (18 páginas) e as medidas de concretização de ações de adaptação às alterações climáticas e aos fenómenos meteorológicos extremos (20 páginas).

Percebe-se rapidamente ao consultar estes dois documentos, onde existe uma estratégia futura, com medidas e ações concretas e quem tem apenas um documento onde são identificadas algumas vulnerabilidades do concelho de Tondela, mas onde não encontramos uma um caminho bem definido no combate a estas vulnerabilidades, mesmo que ainda não devidamente implementado.

Exma. Sra. Presidente da Camara, tendo em conta que é de sua responsabilidade as áreas do Ambiente; Proteção Civil e Floresta; apelamos mais uma vez ao seu empenho na construção de uma resposta robusta aos riscos decorrentes das alterações climáticas, pois consideramos que terá de haver uma priorização urgente destas medidas, tendo em conta o contexto climático e ambiental em que vivemos. A seca é uma realidade e muito caminho há a percorrer para combater esta realidade.

Acrescento ainda, que o Partido Socialista está, aliás sempre esteve disponível para um debate construtivo e participativo com a CM de Tondela. Contribuiremos ativamente para a promoção da consciencialização e do envolvimento da comunidade municipal, nas várias Ações de sensibilização que a Exma. Presidente referiu anteriormente e que pensamos ser urgente iniciar.

O caminho passa pelos nossos comportamentos e por aquilo que cada um de nos pode fazer em nossas casas para combater esta dura realidade.

Assembleia Municipal de Tondela, 25 fevereiro de 2022

A deputada: Marta Marques



Assembleia Municipal 24.02.2022

OS MEUS CUMPRIMENTOS (IDENTIFICAR A MESA E TODOS OS DEMAIS)

EM PRIMEIRO LUGAR QUERO DESEJAR OS MAIORES SUCESSOS À ENG CARLA E A TODOS OS VEREADORES QUE TOMARAM POSSE APÓS A SUSPENSÃO DO MANDATO DO DR JOSÉ ANTÓNIO E DA DRª SOFIA, NO DESEMPENHO DAS SUAS NOVAS FUNÇÕES ENQUANTO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TONDELA. EM SEGUNDO LUGAR, QUERO SAUDAR DEMOCRÁTICAMENTE A VITÓRIA QUE O PS ALCANÇOU NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DO PASSADO DIA 30.01.2022.

CONTUDO, NÃO PODEMOS DEIXAR DE TECER ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE O RESULTADO ALCANÇADO, SE NÃO VEJAMOS:

1 - O PSD TONDELA É O ÚNICO PARTIDO COM REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, ALIÁS, DIRIA MAIS, EM TONDELA, O PSD É O ÚNICO PARTIDO QUE TEM PESO A NÍVEL DISTRITAL PARA CONSEGUIR IMPOR A COLOCAÇÃO DE UM REPRESENTANTE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (APROVEITO DESDE JÁ PARA FELICITAR A NOSSA DEPUTADA, DRA CRISTIANA, PELA SUA ELEIÇÃO, DESEJANDO-LHE O MAIOR SUCESSO E AS MAIORES FELICIDADES NESTE DESAFIO QUE NÃO SE AFIGURA NADA FÁCIL DEVIDO ÀS CIRCUNTÂNCIAS DO ATO ELEITORAL E DEVIDO A TODA A CONJUNTURA MUNDIAL QUE SE VIVE).

2 – O RESULTADO ELEITORAL NO CONCELHO DE TONDELA FOI O ESPELHO DO QUE SE PASSOU A NÍVEL NACIONAL. PASSO A EXPLICAR, HOUE UMA MOBILIZAÇÃO DA ESQUERDA NO VOTO UTIL, O QUAL FOI CANALIZADO PARA O PARTIDO SOCIALISTA.

O PSD NÃO CONSEGUIU PASSAR ESSA MENSAGEM E A DIREITA DISPERSOU VOTOS, O QUE TEVE COMO CONSEQUÊNCIA UM AUMENTO DE VOTOS EM OUTROS PARTIDOS DE DIREITA, INCLUSIVAMENTE NO PRÓPRIO PSD, O QUAL CONSEGUIU TER MAIS VOTOS NESTAS LEGISLATIVAS DO QUE NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2019, ISTO TANTO A NÍVEL NACIONAL, COMO A NÍVEL CONCELHIO, SEM QUE, CONTUDO, TENHA CONSEGUIDO GANHAR AS ELEIÇÕES.

O DECRÉSCIMO DA ABSTENÇÃO (O QUE É DE LOUVAR) E BEM ASSIM O DECRÉSCIMO DO NÚMERO DE VOTOS NO BE E NO PCP E O AUMENTO DO NÚMERO DE VOTOS NA IL E NO CHEGA, LEVOU A QUE O RESULTADO ELEITORAL FOSSE O QUE FOI, COM UMA MAIORIA ABSOLUTA DO PS, MAIORIA ABSOLUTA ESSA QUE VAI PERMITIR AO PS GOVERNAR A SEU BELO SABOR, O QUE LEVA TAMBÉM A QUE OS SRS DEPUTADOS AQUI

F.
A.
S.

PRESENTES E ELEITOS PELO PS NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS TENHAM UMA RESPONSABILIDADE ACRESCIDA DE EXIGIREM QUE O GOVERNO OLHE PARA O INTERIOR DO PAÍS DE UMA FORMA QUE PERMITA REDUZIR AS ASSIMETRIAS EXISTENTES NO NOSSO PAÍS POR FORMA A QUE NOS CONSIGAMOS EQUIPARAR AO LITORAL.

NESTE SENTIDO TEMOS O EXEMPLO DAS CANDIDATURAS AO PRR – PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA, O QUAL TEM PERMITIDO INUMERAS CANDIDATURAS, MAS COM POUCO TEMPO PARA QUE POSSAM SER SUBMETIDAS, O QUE LEVA A QUE APENAS OS ARISTOCRATAS DOS GRANDES CENTROS URBANOS (PORQUE TÊM EXATAMENTE CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE A DOCUMENTOS, INFORMAÇÕES E OUTROS OBJETOS NECESSÁRIOS ÀS CANDIDATURAS) QUE O COMUM DOS MORTAIS QUE RESIDE OU QUER IMPLEMENTAR O SEU NEGÓCIO NO INTERIOR NÃO TEM.

NÃO PODERIA DEIXAR DE PASSAR EM CLARO UM QUESTÃO QUE URGE TRATAR NO SEIO DA RELAÇÃO ENTRE GOVERNO E BOMBEIROS, NOMEADAMENTE AO QUE AO PAGAMENTO DO PREÇO POR KM DIZ RESPEITO.

O VALOR PAGO DESDE 2012, ATÉ À PRESENTE DATA, PELO TRANSPORTE DE DOENTES NÃO URGENTES É DE €0,51/KM, SENDO QUE ESTAMOS A FALAR DE UM TRANSPORTE DIFERENCIADO (AMBULÂNCIA), ACRESCIDO DE UM, OU DOIS TRIPULANTES (DEPENDENDO DO ESTADO DO DOENTE). ORA, COM O AUMENTO DO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS E COM O AUMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO (PARA NÃO FALAR EM CONSUMÍVEIS, AQUISIÇÕES DE VIATURAS E MANUTENÇÃO DAS MESMAS), FACILMENTE SE CONCLUI QUE SE NÃO HOVER UMA ATUALIZAÇÃO DE VALORES, COM CARATÉR DE URGÊNCIA, PARA UM VALOR A RONDAR OS €0,80/KM, COM ATUALIZAÇÕES ANUAIS, A MAIORIA, SE NÃO A TOTALIDADE DAS ASSOCIAÇÕES HUMANITÁRIAS DE BOMBEIROS, CORREM O SÉRIO RISCO DE ENTRAR EM COLAPSO FINANCEIRO IRREVERSÍVEL.

APELO, POIS, À BANCADA PARLAMENTAR DO PS QUE LEVE ESTE ASSUNTO COM CARATER DE URGÊNCIA JUNTO DO GOVERNO CENTRAL PARA QUE, DE IMEDIATO, PROCEDAM A ESTA REVISÃO DE PREÇOS.

NÃO ME QUERENDO A alongar mais, mas porque infelizmente os tempos levam a que tenhamos que pensar e repensar no modelo ideal de sociedade que vamos deixar para os nossos filhos, quero, em nome da bancada do PSD, manifestar um voto

DE SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO UCRÂNIANO, E CONDENAR VIEMENTEMENTE O COMPORTAMENTO DA RÚSSIA NA INVASÃO QUE ESTÁ A LEVAR A CABO SOB UM PAÍS DEMOCRÁTICO E SOBERANO. ASSIM, PROponHO À MESA QUE COLOQUE A VOTAÇÃO DESTA ASSEMBLEIA UM VOTO DE PESAR PARA COM OS CIDADÃOS DA UCRÂNIA....

MESMO PARA TERMINAR, DEIXO-VOS COM ESTA FRASE DE JOSÉ SARAMAGO PARA REFLEXÃO “É MAIS FÁCIL MOBILIZAR OS HOMENS PARA A GUERRA QUE PARA A PAZ. AO LONGO DA HISTÓRIA, A HUMANIDADE SEMPRE FOI LEVADA A CONSIDERAR A GUERRA COMO O MEIO MAIS EFICAZ DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, E SEMPRE OS QUE GOVERNARAM SE SERCIRAM DOS BREVES INTERVALOS DE PAZ PARA A PREPARAÇÃO DAS GUERRAS FUTURAS. MAS FOI SEMPRE EM NOME DA PAZ QUE TODAS AS GUERRAS FORAM DECLARADAS.”

CARLOS AMARAL



P. A. J.

VOTO DE REPÚDIO/SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO UCRÂNIANO

O grupo da bancada do PSD (Partido Social Democrata) e do PS Partido Socialista) na Assembleia Municipal de Tondela, propõem um **VOTO DE REPÚDIO/PESAR** pela bárbara e ilegítima invasão RUSSA à UCRÂNIA.

Após 1985, com a subida de Mikhail Gorbachev ao comando da URSS, teve início a Perestroika, e nacionalistas ucranianos e comunistas fundaram o Movimento Popular Ucraniano pela Perestroika (MPUP), que reivindicava uma maior autonomia económica e política e venceu as eleições legislativas de março de 1990.

Em 16 de julho de 1990, o Soviete Supremo (Parlamento) da Ucrânia proclamou a soberania da república.

Em 24 de agosto de 1991 foi aprovada a Declaração de Independência e foi convocado um plebiscito para ratificá-la, que ocorreu em dezembro de 1991, no qual 90% dos votos foram favoráveis à ratificação, no mesmo dia, Leonid Kravchuk (ex-primeiro-secretário do Partido Comunista da Ucrânia) foi eleito presidente com 60% dos votos.

Em 8 de dezembro de 1991, os presidentes da Ucrânia, da Federação Russa e da Bielorrússia declararam o fim da URSS e estabeleceram a Comunidade de Estados Independentes (CEI).

No início de 1992, o governo ucraniano anunciou a liberação de preços, criou uma nova moeda e criou incentivos para o investimento estrangeiro.

Em 5 de maio de 1992, a Crimeia declarou a independência, mas cedeu às pressões de Kiev e cancelou a declaração em troca da concessão de autonomia económica.

Em junho de 1992, a Rússia cancelou o decreto de 1954, que cedeu a Crimeia à Ucrânia e exigiu a sua devolução.

Em junho de 1993, a Rada Suprema decidiu que pertenceria à Ucrânia todo o arsenal nuclear da extinta URSS estacionado naquele país e, desse modo, a Ucrânia tornou-se a terceira potência nuclear do mundo. Nessa época de crise económica, Leonid Kutchma renunciou ao cargo de primeiro-ministro.

Em setembro de 1993, a Ucrânia cedeu à Rússia parte da Frota do Mar Negro correspondente à Ucrânia, como pagamento de dívidas pelo fornecimento de petróleo e gás. Além disso, foi firmado um convénio de cooperação para desmontar poderosos mísseis intercontinentais que a Ucrânia queria manter como garantia contra possíveis projetos expansionistas russos. A oposição denunciou o acordo em Kiev.

Em 26 de junho (1º turno) e 10 de julho de 1994 (2º turno) ocorreram as primeiras eleições presidenciais na era pós soviética, na qual o ex-primeiro-ministro Leonid Kutchma derrotou o então presidente Leonid Kravchuk com 52 % dos votos e confirmou a sua intenção de reforçar os laços com a Rússia e ingressar na união económica da CEI.

Em 1997, Pavlo Lazarenko renunciou ao cargo de primeiro ministro, devido a denúncias de corrupção, e foi substituído por Valery Pustovoytenko.

Nas eleições parlamentares de março de 1998, o Partido Comunista da Ucrânia ganhou 113 assentos (24,7%), estabelecendo-se, de fato, uma maioria parlamentar para a esquerda e centro-esquerda.

Em 14 de dezembro de 1999, Kuchma foi reeleito no segundo turno das eleições presidenciais, com 56% dos votos e com a promessa de continuar as reformas de mercado e com a aproximação com o ocidente, e para isso designou Viktor Yushchenko, então chefe do Banco Nacional da Ucrânia, como primeiro-ministro.

Em fevereiro de 2000, Yushchenko promete reestruturar a dívida por meio de uma política fiscal austera e um decidido programa de privatizações.

Em abril de 2000 foi abolida a pena de morte, numa medida de convergência com as diretrizes do Conselho Europeu.

Em abril de 2001, o parlamento substituiu o primeiro-ministro Yushchenko por Anatoly Kinakh.

Em novembro de 2004, a Comissão Eleitoral Central da Ucrânia declarou que o candidato pró-russo Víktor Yanukóvytch teria vencido as eleições presidenciais por 49,6% dos votos, mas a maioria dos observadores internacionais denunciou irregularidades no processo eleitoral.

Em decorrência de protestos em massa de partidários de Yushchenko (Revolução Laranja), em 3 de dezembro daquele ano, a Suprema Corte declarou inválidos os resultados do segundo turno e determinou uma nova votação em 26 de dezembro de 2004, que foi vencida por Víktor Yushchenko.

Distribuição de votos no 2º turno das eleições presidenciais da Ucrânia (26/12/2004):

| | | | |
|--------------------------|------------|----------|-----------|
| <u>Víktor Yushchenko</u> | 15.115.712 | (51,99%) | (laranja) |
| <u>Víktor Yanukovych</u> | 12.481.266 | (44,20%) | (azul) |

Em setembro de 2005, a primeira-ministra Yulia Tymoshenko foi substituída por Yurii Yekhanurov.

Em janeiro de 2006, a Rússia cortou o fornecimento de gás à Ucrânia, que se recusava a aceitar um aumento de preço de 460%. Para as autoridades ucranianas, o aumento seria uma retaliação por tentativas para se tornar mais independente de Moscovo e desenvolver laços mais estreitos com a Europa.

Em março de 2006 foram realizadas eleições parlamentares, nas quais o Partido das Regiões, liderado por Víktor Yanukóvytch conquistou 186 assentos de um total de 450. Em segundo lugar ficou o "Bloco Timoshenko", com 129 assentos, enquanto que o Nossa Ucrânia, liderado por Yushchenko, obteve apenas 81 assentos. Em agosto, Víktor Yanukóvytch foi nomeado como primeiro-ministro, à frente de uma coalizão pró-Rússia.

Atualmente tem como governante desde 2019 Volodimir Zelenski, tendo sido, democraticamente eleito em 21 de abril de 2019 com 73% dos votos.

Trata-se, portanto, de uma República Independente, a qual merece respeito pela sua população e pelo seu território.

Como forma de SOLIDARIEDADE para como POVO UCRÂNIANO, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: - Aprovar o presente "VOTO DE REPÚDIO/SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO UCRÂNIANO" pelo sofrimento que a INVASÃO RUSSA está a causar ao POVO UCRÂNIANO, em homenagem a todos aqueles que já faleceram na zona de conflito.

Tondela, 25 de fevereiro de 2022

P.
A.
J.



Exmo. Senhor Presidente,
Senhores Deputados,
Exma. Sra. Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores

A Assembleia Municipal realizada em 30 de Dezembro de 2021 é o exemplo do parco respeito institucional que se tem por este órgão.

Assistimos à apresentação do Plano de atividades e do Orçamento para o ano de 2022 pelo então Sr. Presidente da Câmara e, que desde aquela data, mas com efeitos a 15 de janeiro, entendeu suspender o mandato.

A que assistimos nessa reunião de Assembleia Municipal?

- O então Sr. Presidente a apresentar aquele documento e os senhores deputados do PSD a tecerem encómios elogios ao mesmo,

Tudo se passando como se nada a montante tivesse já acontecido!

Quer o então Sr. Presidente da Câmara, agora com mandato suspenso, quer os ilustres membros desta Assembleia, deputados do PSD e também V. Exa Senhor Presidente, tinham conhecimento de que o então Sr. Presidente iria, no final dessa Assembleia, suspender o mandato!

Aliás, vimos incrédulos, no final dessa Assembleia que o Sr. Presidente e também os Srs. Vereadores estavam nos seus gabinetes a escassos metros do Salão Nobre onde decorria a Assembleia, tanto mais

que surgiram imediatamente depois circulando no corredor adjacente a este mesmo Salão Nobre.

Esta Assembleia, mas sobretudo os cidadãos deste concelho mereciam outro respeito democrático!

E não Sr. Presidente!

Não é como o Sr. Presidente desta Assembleia enquanto candidato e em campanha dizia:

« Precisamos de gente com responsabilidade que coloque não os interesses partidários mas os interesses de todos os tondelenses!»

Ao que assistimos no dia 30 de Dezembro foi precisamente o contrário. Os interesses partidários sobrepueram-se e os cidadãos foram esquecidos!

Já vínhamos alertando durante a campanha eleitoral que o candidato à Câmara Municipal não seria efetivamente o futuro Presidente da Câmara!

Ressalvando por ora o princípio da presunção de inocência - até o trânsito em julgado da douta sentença do Tribunal da Comarca de Viseu, porque essa decisão se encontra em recurso –

não podemos deixar de dizer que a suspensão do mandato, após decisão de condenação em 1ª Instância, era um cenário já calculado nos bastidores partidários!

Os interesses dos tondelenses?

Ficaram na gaveta, Senhor Presidente?

E o que dizer da suspensão do mandato da Sra. Vereadora Sofia Ferreira, pelo mesmo período de suspensão do então Sr. Presidente Dr. José António?

Também estão em causa os interesses dos tondelenses?

É esta a legitimidade que advém do voto?

Os cidadãos votaram no atual elenco camarário tal qual se encontra configurado?

Ou naquele que se apresentou a eleições?

Reúne o atual elenco camarário condições para prosseguir com a defesa plena dos interesses dos cidadãos deste concelho?

É com vereações intermitentes que se cumprirá esse desiderato?

Muitas interrogações se colocam e algumas não terão resposta.

Não estarão em causa certamente os interesses dos cidadãos, mas sempre e só os interesses partidários.

Aliás, os cidadãos deste concelho, tendo em conta os resultados das eleições legislativas, já tiraram as suas conclusões.

Intervenção na Assembleia Municipal de 25 de Fevereiro de 2022

A eleição dos autarcas é feita em lista ordenada e o número de votos que cada lista obtém dita o número de eleitos que integrarão, pela mesma ordem, os órgãos autárquicos a que se candidataram.

Quem encabeça a lista mais votada assume a Presidência e constitui, de entre os eleitos, a Equipa com quem quer exercer o mandato. Pode até integrar nessa Equipa eleitos de outras listas. Tive a honra de ter na Equipa do PSD, após as eleições de 1985, um eleito na lista do PS, o Sr. Ernesto Borrego, que assumiu, a meio tempo, convidado pelo Presidente de então, o Dr. Luís Riquito, o Pelouro da Protecção Civil, tendo-o feito com absoluta lealdade e competência.

Depois de eleito, o autarca não pode ser obrigado a renunciar ao mandato, ou a suspendê-lo, a não ser por vontade própria e livre, ou por decisão judicial.

Por isso, questionar a legitimidade de exercício do mandato ou a imperiosidade da sua suspensão é um mero exercício de opinião pessoal, ainda que essa opinião possa ter fundamentos de luta política partidária.

A suspensão do mandato do Presidente da Câmara eleito nas últimas eleições autárquicas, o Dr. José António de Jesus, foi uma decisão absolutamente pessoal, tomada com toda a legitimidade, depois de pensar e avaliar essa mesma decisão.

Igualmente legítima é a sua substituição, nos termos da lei, pelo elemento que lhe seguia na Lista dos candidatos à Câmara, sem necessidade de novo sufrágio.

Os votos na Lista são válidos, na sua totalidade, para a totalidade dos elementos da Lista. Só esgotando-a na totalidade se imporá nova escolha eleitoral.

Também a suspensão do mandato de qualquer autarca Vereador, com pelouros ou não, é igualmente uma decisão pessoal absolutamente legítima e indiscutível, a não ser na mera dimensão opinativa. Reconstitui-se a Equipa, adequando tudo o que for necessário às novas circunstâncias.

A fidelidade aos eleitores exige tão só a fidelidade aos compromissos eleitorais com que a Lista se apresentou.

Quem lidera a Equipa e os seus protagonistas honrará o exercício dos mandatos se cumprir esses compromissos e se souber estar atento às circunstâncias, sabendo servir o Bem Comum com dedicação inteira, esforçada, dando o seu melhor, sem reservas, e mobilizando todos os recursos possíveis.

Respeito a decisão de suspensão de mandato do Sr. Dr. José António e da Sra. Dra. Sofia.

Desejo e acredito que quem os substituiu irão cumprir com lealdade as funções que lhes estão confiadas, com toda a legitimidade, sem questão.

As Equipas constituem-se e reconstituem-se, conforme o "plantel" que o número de votos põe ao dispor de quem é chamado a liderar.

Temos uma boa Equipa, capaz dos maiores desafios, porque não lhes faltam competência nem vontade. E muito menos lhes falta legitimidade eleitoral.

Felisberto Figueiredo



anexos

F. A. J.

Voto de Pesar

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata de Tondela vem propor a esta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento Amorim Lopes.

Amorim Lopes era uma referência na nossa comunidade.

Um humanista, um exemplo de altruísmo e integridade, um modelo que deixa um legado inquestionável.

Amorim Lopes foi jornalista, foi dirigente associativo e deixou em todas as instituições um rasto de cidadania, entrega e valores.

Um grande bem haja ao que fez pelo Concelho de Tondela.

Tondela 25 de Fevereiro de 2022



P. A.
J.

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 22 de novembro de 2021 a 25 de fevereiro de 2022)

Após cerca de três meses sobre a última Assembleia Municipal, importa fazer um balanço sobre este período, que continuamos a viver de forma atípica desde março de 2020, onde a Covid-19 alterou profundamente a nossa vida em comunidade.

O nível dos impactos sociais, económicos e em tantos outros setores ainda não está hoje totalmente clarificado, sendo que a crise é já uma realidade.

A quinta vaga da pandemia trouxe a inevitabilidade de atingirmos no mês passado números recorde de infetados não só a nível nacional, mas também no nosso concelho, tendo consequências imediatas em toda a atividade económica, encerrando setores na totalidade.

A Câmara Municipal tomou as medidas adequadas a esta pandemia, entre elas ações de desinfeção em alguns edifícios, e no âmbito do processo eleitoral último, promoveu a testagem a todos os elementos das mesas de votos, bem como aos membros executivos de freguesia, sempre com o propósito de garantir total segurança durante todo ato eleitoral.

Os tempos são de incerteza, adivinha-se uma fase de endemia, sinais esses já dados através do alívio das medidas de restrição, mas há, no entanto, a crise económico-financeira traduzida num enorme aumento de custos com matérias-primas e transportes, impactando diretamente nas nossas empresas e na subida generalizada dos preços. A somar a estas dificuldades, a tensão na Ucrânia torna ainda mais obscuro o futuro económico e social global.

Deixar ainda uma pequena nota sobre o ato eleitoral que decorreu no passado dia 30 de janeiro, onde o partido socialista obteve maioria absoluta. Estão criadas as condições políticas para uma governação estável, esperando-se que o investimento no interior seja valorizado.

Encetaremos todos os esforços junto do novo governo e apelaremos a todos os atores políticos para que Tondela seja incluída no mapa dos investimentos para os próximos biénios que se avizinham.

No que diz respeito a intervenções na área da mobilidade, é de salientar que se encontra concluída a asfaltagem da EM628-2 – Mosteiro de Fráguas – Sabugosa e a Estrada do Covelo em Tonda.